



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE AMPÉRE

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

DIA: 19/08/2016 HORÁRIO: 13:30 às 17:30 horas

O **tempo total** concedido para a resolução da prova é de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do **cartão de respostas**.

INSTRUÇÕES

A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais. Não destaque folhas da prova.

No cartão de respostas, preencha seu nome. Examine se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.

Verifique, nos cadernos de prova, se faltam folhas (total de 8) se a sequência de questões (total de 25), estão corretas e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Para cada questão são apresentadas **4** (quatro) alternativas diferentes de respostas (**A, B, C e D**). Apenas uma delas constitui a **resposta correta** em relação ao **enunciado da questão**.

Utilize somente **caneta esferográfica com tinta azul ou preta**.

Questões em branco ou que contenham mais de uma resposta ou emendas ou rasuras não serão consideradas.

Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato.

O penúltimo candidato permanecerá na sala, até o último candidato terminar sua prova.

Ao encerrar a prova, entregue ao fiscal de sua sala o cartão de respostas **devidamente assinado** e os cadernos de provas.

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

São brasileiros naturalizados:

- A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- B) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- C) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- D) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

QUESTÃO 2

É proibida a realização de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, aos menores de:

- A) 12 anos
- B) 14 anos
- C) 16 anos
- D) 18 anos

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa CORRETA:

- I- Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.
- II- O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- III- São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.

- A) Todas alternativas são falsas.
- B) As alternativas II e III são falsas.
- C) As alternativas I e III são falsas.
- D) Nenhuma alternativa é falsa.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 4

São pessoas jurídicas de direito privado, EXCETO:

- A) as autarquias
- B) as sociedades
- C) as fundações
- D) as organizações religiosas;

QUESTÃO 5

Sobre a prescrição no Direito Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Não corre prescrição contra o relativamente incapaz.
- B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- C) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- D) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

QUESTÃO 6

De acordo com o Código Civil, podem casar:

- A) Os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- B) Os afins em linha reta.
- C) O adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- D) Os colaterais, a partir do quarto grau.

QUESTÃO 7

São nulos os negócios jurídicos decorrentes de:

- A) Dolo
- B) Lesão
- C) Coação
- D) Simulação

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 8

O autor requereu a desistência do processo, antes do oferecimento da contestação pelo réu. Caso o Juiz de Direito homologue o pedido, será proferido _____.

- A) Uma decisão
- B) Um despacho
- C) Uma sentença
- D) Um acórdão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE AMPÉRE

QUESTÃO 9

Todas as hipóteses abaixo extinguem o processo com resolução de mérito, EXCETO quando o Juiz:

- A) Reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- B) Acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- C) Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- D) Homologar a transação.

QUESTÃO 10

São recursos previstos no Código de Processo Civil de 2015, EXCETO:

- A) Agravo de instrumento
- B) Embargos de declaração
- C) Apelação
- D) Embargos à execução

QUESTÃO 11

De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, são causas que suspendem o processo, EXCETO:

- A) A morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- B) A admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- C) Pela arguição de impedimento ou de suspeição.
- D) Pedido formulado unilateralmente por uma das partes, sustentando que está em tratativas de transação com a parte contrária.

DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 12

Todas as hipóteses abaixo são práticas ou cláusulas abusivas, especificadas no Código de Defesa do Consumidor, EXCETO:

- A) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço.
- B) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- C) prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços.
- D) estabelecer cláusula que prevê a remessa do nome do consumidor inadimplente para bancos de dados ou cadastros de consumidores.

QUESTÃO 13

De acordo com o direito consumerista, são válidas cláusulas que:

- A) Possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias, desde que o consumidor seja devidamente esclarecido sobre as consequências jurídicas de sua decisão.
- B) Obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, se igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- C) Deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor.
- D) Autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.

QUESTÃO 14

No tocante às relações de consumo, é correto afirmar que

- A) A pessoa jurídica não sofre dano moral indenizável;
- B) É isento de responsabilidade o fornecedor que não tenha conhecimento dos vícios de qualidade por inadequação de produtos e serviços de consumo;
- C) A reparação do dano moral coletivo está prevista no Código de Defesa do Consumidor;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE AMPÉRE

D) A interpretação das cláusulas contratuais deve ocorrer de forma a não favorecer nem prejudicar o consumidor.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 15

São penas restritivas de direito, previstas no Código Penal, EXCETO:

- A) Prestação pecuniária
- B) Trabalho forçado
- C) Limitação de fim de semana
- D) Interdição temporária de direitos

QUESTÃO 16

Marcos praticou manobras abortivas em Beatriz, a pedido desta. Ao terminar o procedimento, verificou que Beatriz não se encontrava grávida como supunha. A conduta de Marcos configura:

- A) Erro sobre elemento constitutivo do tipo
- B) Arrependimento eficaz
- C) Tentativa imperfeita
- D) Crime impossível

QUESTÃO 17

São crimes contra a vida, EXCETO:

- A) Aborto
- B) Homicídio
- C) Latrocínio
- D) Infanticídio.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa correta:

- A) A reincidência é causa de aumento de pena, a ser sopesada na 3ª fase da dosimetria.
- B) O fato de o agente ser menor de 21 anos na data do fato, é circunstância que atenua a pena, a qual será sopesada na 2ª fase da dosimetria.
- C) Os maus antecedentes do agente constituem agravantes, que serão sopesados na 2ª fase da dosimetria.
- D) A atenuante de confissão será sopesada na 1ª fase de dosimetria da pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 19

No curso de inquérito policial, a autoridade policial encontra indícios suficientes da materialidade de certo crime, que apontam para a autoria exclusiva de Manoel. Contudo, antes de ser realizado o interrogatório de Manoel, este vem a óbito. Neste caso:

- A) Delegado de Polícia determinará o arquivamento do inquérito policial, uma vez que se mostra inútil a continuidade do procedimento investigatório, considerando que a pena não passará da pessoa do acusado.
- B) O Promotor de Justiça, ao receber o inquérito policial do Delegado de Polícia, pleiteará pela extinção da punibilidade do investigado ao Juiz de Direito. Caso aceito o pedido do Promotor de Justiça, o inquérito policial será extinto.
- C) O Promotor de Justiça, ao receber o inquérito policial do Delegado de Polícia, determinará o arquivamento do referido procedimento investigatório, remetendo os autos ao Juiz de Direito, apenas para ciência.
- D) O inquérito policial terá prosseguimento, pois a família do acusado poderá ser condenada à pena de multa, caso imposta para o crime.

QUESTÃO 20

Em caso de crimes de ação pública condicionada à representação:

- A) O ofendido poderá se retratar da representação até a prolação da sentença.
- B) O ofendido não poderá se retratar da representação oferecida, no curso do inquérito policial.
- C) O titular da ação penal desses crimes é, de regra, o Ministério Público.
- D) Não será admitida a ação privada nos casos de ação pública, diante da inércia do Ministério Público em oferecer a denúncia no prazo legal.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE AMPÉRE

QUESTÃO 21

Considera-se em flagrante delito quem, EXCETO:

- A) Está cometendo a infração penal.
- B) Confessa o crime, a qualquer tempo.
- C) É perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- D) É encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa correta, sob a prova oral colhida durante audiência de instrução:

- A) O silêncio do acusado importará confissão;
- B) Caso restar demonstrado que o acusado mentiu em seu interrogatório, ele responderá por crime de falso testemunho;
- C) A vítima prestará compromisso legal de dizer a verdade, podendo responder por crime de falso testemunho, caso restar comprovado que mentiu.
- D) O menor de quatorze anos de idade não presta compromisso, sob palavra de honra, de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

PORTUGUÊS

QUESTÃO 23

Considere as seguintes sentenças:

- I. Ele sempre falou por meias palavras.
- II. É meio-dia e meio.

Assinale a alternativa em que os verbos entre parênteses foram empregados de acordo com a norma culta

- III. Estava meia nervosa por causa da mãe.
- IV. Quero meia maçã para a sobremesa.
- V. Ficaram meio revoltados com a situação.

Do ponto de vista da gramática normativa, estão corretas as sentenças:

- A) III e IV somente.
- B) II e V somente.
- C) I, II e III somente.
- D) I, IV e V somente.

QUESTÃO 24

_____ fábricas _____
produtos são _____ feitos.

Assinale a alternativa cujos termos completam as lacunas de acordo com a norma culta.

- A) Existe, aonde, mal.
- B) Existem, onde, mau.
- C) Há, aonde, mau.
- D) Há, onde, mal.

QUESTÃO 25

Considere as seguintes sentenças:

- I. Eu ___ fé em suas promessas. (pôr)
- II. Os ministros ___ as decisões. (manter)
- III. Ficará tudo bem, se você ___ o estoque. (repor)

- A) ponhei, mantiveram, repuser.
- B) pus, mantiveram, repuser.
- C) pus, mantiveram, repor.
- D) ponhei, mantiveram, repor.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE AMPÉRE

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A prova dissertativa é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) dissertação.
- A resposta da prova dissertativa deverá ter a extensão mínima de 10 (dez) e máxima de 30 (trinte) linhas.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- Não será corrigida a resposta à prova dissertativa que: estiver escrita a lápis; não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; possuir número de linhas abaixo do limite mínimo definido no item anterior; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); e, estiver em branco.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- À prova dissertativa serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos, divididos conforme quesitos abaixo:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Critérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	15 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	10 pontos
TOTAL DE PONTOS		25 pontos

Democracia com ou sem máscaras? A liberdade de reunião e manifestação

(Por Ingo Wolfgang Sarlet)

Que um Estado Democrático de Direito não pode dispensar as liberdades fundamentais de comunicação, dentre as quais despontam as liberdades de reunião e manifestação, resulta inequívoco e representa também conquista vital da democracia brasileira, especialmente desde a Constituição Federal de 1988, que consagrou o direito de toda e qualquer pessoa reunir-se e expressar a sua opinião de forma pacífica e sem armas. Tal direito fundamental, considerando as frequentes e intensas manifestações que têm sacudido o Brasil, especialmente, ao menos na última década, desde meados de 2013, vem ocupando as primeiras páginas dos principais periódicos, da mídia em geral e das redes sociais na internet, atraindo um debate acalorado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE AMPÉRE

sobre os seus limites e a legitimidade de intervenções do poder público, especialmente quando se trata de coibir abusos e atos de vandalismo de toda a espécie.

É nesse contexto que assume relevância o fato de que a liberdade de reunião implica também deveres de proteção estatais, que envolvem prestações de segurança para o exercício do direito de reunião, devendo o poder público assegurar aos participantes da reunião o livre exercício e sem perturbações do seu direito, o que envolve a proteção contra grupos de oposição, evitando que os participantes sejam agredidos ou submetidos a riscos. Dentre tais medidas debate-se, por exemplo, a prévia identificação dos manifestantes e mesmo a proibição do uso de máscaras ou similares, o que foi até mesmo objeto de projetos legislativos. [...] (Fragmento extraído do site www.conjur.com.br, coluna publicada em 4 de setembro de 2015, às 8h00).

- ❖ **Discorra sobre os direitos constitucionais de livre manifestação do pensamento e de reunião (artigo, 5º, incisos IV e XIV, da Constituição Federal) e seus limites, consignando de forma específica e fundamentada sua opinião a respeito da legitimidade ou não do uso de máscaras pelos manifestantes no exercício de tais direitos.**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE AMPÉRE**

FOLHA DA DISSERTAÇÃO

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	